

<https://doi.org/10.26512/pl.v10i21.37807>

Artigo recebido em: 02/05/2021

Artigo aprovado em: 27/11/2021

Artigo publicado em: 12/01/2022

O ARGUMENTO EVIDENCIAL DO MAL DE WILLIAM ROWE E A RESPOSTA DO TEÍSMO CÉTICO DE STEPHEN WYKSTRA

WILLIAM ROWE'S EVIDENTIAL ARGUMENT FROM EVIL AND STEPHEN WYKSTRA'S RESPONSE FROM SKEPTICAL THEISM

Gabriel Reis de Oliveira¹

(reisgabri@gmail.com)

55

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar criticamente a versão evidencial do problema do mal. Segundo o problema evidencial, mesmo que a existência de um ser onipotente, onisciente e sumamente bom, seja logicamente compatível com a existência do mal, não deixa de ser problemática parecendo oferecer um indício contra a sua existência. O argumento afirma que existem certos fatos sobre o mal que fornecem apoio racional à crença de que o deus teísta não existe. O problema evidencial tem sido influentemente defendido por William Rowe e é à sua formulação que damos atenção. Apresentamos uma resposta teísta proeminente. Desenvolvemos e defendemos a resposta de Stephen Wykstra que ficou conhecida como Teísmo Cético. Especificamente, nos concentramos na sua análise do uso de “parecer” quando Rowe utiliza em seu argumento afirmando que há casos de sofrimento que parecem não possibilitar qualquer bem maior. Através desta análise de Wykstra se conclui que Rowe não está justificado a fazer esse uso do “parecer”, e que assim um dos passos fundamentais do argumento de Rowe carece de justificação. Deste modo, concluímos que o argumento evidencial, tal como formulado por Rowe, falha ao objetar a racionalidade da crença em Deus.

Palavras-chave: Deus. Evidência. Mal. Racionalidade. Teísmo.

Abstract: This article aims to analyze the evidential version of the problem of evil critically. According to the evidential problem, even if the existence of an omnipotent, omniscient, and extremely good being is logically compatible with the existence of evil, it is still problematic and seems to offer a evidence against its existence. The argument affirms that specific facts about evil provide rational support for the belief that the theistic God does not exist. William Rowe has influentially defended the evidential problem, and it is to his formulation that we pay attention. We present a prominent theistic reply. We develop and defend Stephen Wykstra's reply, which became known as Skeptic Theism. Specifically, we focus on his analysis of the use of "seem" when Rowe uses in his argument affirming that there are cases of suffering that do not seem to enable any greater good. Through this analysis of Wykstra, we conclude that Rowe is not justified in making this use of "seem" and that, thus, one of the fundamental steps of Rowe's argument is without justification. In this way, we conclude that the evidential argument, as formulated by Rowe, fails to object to the rationality of belief in God.

Keywords: God. Evidence. Evil. Rationality. Theism.

¹ Doutorando em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4798343424731799>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1949-0148>.



INTRODUÇÃO

O problema do mal consiste na questão de saber como compatibilizar a existência do deus teísta, isto é, de um ser onipotente, onisciente e sumamente bom, com a existência do mal no mundo.

Contemporaneamente, o problema do mal é dividido em problema lógico do mal e problema evidencial do mal. Segundo o problema lógico do mal, a existência de Deus é logicamente incompatível com a existência do mal. Segundo o problema evidencial, mesmo que a existência de Deus seja logicamente compatível com a existência do mal, não deixa de ser problemática parecendo oferecer um indício contra a existência de Deus. O meu objetivo neste artigo é analisar criticamente o problema do mal na sua versão evidencial.

No que diz respeito ao problema evidencial do mal, atribui-se a David Hume a primeira formulação deste, a qual se encontra esboçada nos seus *Diálogos sobre a Religião Natural*. O problema evidencial tem sido influentemente defendido por William Rowe (1979) e é à sua formulação que darei especial atenção.

56

1 O PROBLEMA EVIDENCIAL DO MAL

A versão evidencial do problema do mal (também chamada de versão indiciária) busca mostrar que a existência do mal, embora logicamente consistente com a existência de Deus, é uma evidência contra a verdade do teísmo. O argumento afirma que existem certos fatos sobre o mal que fornecem apoio racional à crença de que o deus teísta não existe. Ao contrário da conclusão do argumento lógico do mal, esse argumento conclui afirmando que é improvável que Deus exista em vez de ser necessariamente verdade que Deus não exista.

1.2 O argumento do mal de William Rowe

William Rowe é o principal defensor do argumento evidencial do mal. Ele argumenta que a presença do mal no mundo torna provável a afirmação de que o deus teísta não existe. Apesar de reformulações posteriores, a sua apresentação mais proeminente do argumento encontra-se no seu artigo de 1979 chamado *The Problem of Evil and Some Varieties of Atheism*. É neste que me concentrarei.



Nesse artigo Rowe se concentra em um tipo particular de mal em nosso mundo, os tipos de males paradigmáticos que fornecem evidência contra a crença racional em Deus. Estes são, nas palavras dele, “o intenso sofrimento humano e animal”, pois “ocorre diariamente e em abundância no nosso mundo” (ROWE, 1979, p. 335) e é claramente um caso de mal. Ele pensa que o mal pode ser justificável se levar a algum bem maior, um bem que não se pode alcançar sem esse mal. O seu ponto no argumento é que existem males injustificáveis que são evidências contra a existência de Deus. Portanto, a ideia é que mesmo que possamos justificar a existência de alguns males pelo bem que possibilitam, há males que não parecem ter uma tal justificação, males gratuitos.

Rowe formula o argumento da seguinte maneira, a que chamarei de Silogismo Principal:

1. Há casos de sofrimento intenso que um ser onipotente e onisciente poderia ter impedido sem que com isso fosse perdido algum bem maior ou permitido algum mal igualmente mau ou pior. [premissa]
2. Um ser onisciente e sumamente bom impediria a ocorrência de qualquer sofrimento intenso que pudesse, a não ser que não pudesse fazê-lo sem que com isso fosse perdido algum bem maior ou permitido algum mal igualmente mau ou pior. [premissa]
3. [Portanto] Não existe um ser onipotente, onisciente e sumamente bom. [1, 2] (ROWE, 1979, p. 336)

57

Uma vez que, como Rowe diz, o argumento é válido, a questão é se temos bases racionais para aceitar as premissas do argumento. Caso tenhamos, temos bases racionais para aceitar a conclusão de que o deus teísta não existe.

Rowe começa com a segunda premissa. Essa premissa, basicamente, afirma que se tal ser soubesse de algum sofrimento intenso que estava prestes a ocorrer e estivesse em posição de impedir sua ocorrência, ele o impediria, a menos que não pudesse fazê-lo sem perder algum bem maior ou permitir algum mal igualmente mau ou pior.

Sua defesa dessa premissa consiste em estabelecer as condições necessárias, mas não suficientes, para que um ser onisciente e sumamente bom permita a ocorrência de um mal. Seja E uma instancia de intenso sofrimento humano ou animal que poderia ser evitado por Deus. Rowe apresenta a seguinte condição necessária para que Deus não impeça E:

- ou (i) há algum bem maior, B, tal que B pode ser obtido por Deus somente se Deus permitir E,
- ou (ii) há algum bem maior, B, tal que B pode ser obtido por Deus somente se Deus permitir ou E ou algum mal igualmente mau ou pior,



ou (iii) E é tal que pode ser impedido por Deus somente se Deus permitir algum mal igualmente mau ou pior. (ROWE, 1979, p. 336)

Rowe nota que é importante reconhecer que (iii) não está incluído em (i), uma vez que (i) afirma que o bem maior só pode vir pela permissão de E enquanto que (iii) afirma que o custo de impedir E é a existência de um mal igualmente mau ou pior que E. O que está por trás disso é que a ausência de um bom estado de coisas não é necessariamente um mau estado de coisas. É importante também diferenciar (i) de (ii). Porque em (ii), se Deus impedisse E, B estaria perdido a menos que Deus permitisse algum mal igual ou pior que E. São essas três condições que estão por trás da segunda premissa. Se Deus permite que algum sofrimento intenso ocorra, é porque uma das três condições são satisfeitas.

Ele pensa que esta segunda premissa do Silogismo Principal, a premissa teológica, que é uma condição necessária, mas não suficiente para Deus permitir um mal, exprime “uma crença que concorda com os nossos princípios morais básicos” (ROWE, 1979, p. 337) que são compartilhados por teístas e não teístas. De fato, um teísta não gostaria de negar alguma versão da segunda premissa. É contraintuitivo pensar que um deus teísta permitiria a dor e o sofrimento abundante e intensos de humanos e animais sem nenhuma boa razão.

58

Como a segunda premissa não é controversa, a disputa em torno do problema evidencial do mal centrou-se principalmente na primeira premissa, e tem havido muita discordância a respeito dessa premissa. Será que realmente existem males que Deus poderia ter impedido sem que com isso fosse perdido algum bem maior ou permitido algum mal igualmente mau ou pior? Na próxima seção, irei apresentar a defesa de Rowe em favor da sua primeira premissa.

1.2 A defesa da primeira premissa de Rowe

Para provar a premissa (1) do seu Silogismo Principal, a estratégia de Rowe é a seguinte. Chamarei essa estratégia de Silogismo Subsidiário:

- 1) Vemos casos de sofrimento intenso que um ser onipotente e onisciente poderia ter impedido sem que com isso fosse perdido algum bem maior ou permitido algum mal igualmente mau ou pior.
- 2) Parece que há casos de sofrimento intenso que um ser onipotente e onisciente poderia ter impedido sem que com isso fosse perdido algum bem maior ou permitido algum mal igualmente mau ou pior.
- 3) (Portanto) Há casos de sofrimento intenso que um ser onipotente e onisciente poderia ter impedido sem que com isso fosse perdido algum bem maior ou permitido algum mal igualmente mau ou pior.



Vejamos a primeira premissa do Silogismo Subsidiário. Pela nossa experiência nesse mundo encontramos muitas ocorrências de sofrimentos intensos relativamente aos quais nós não vemos nada de bom que torne necessário ao deus teísta permiti-los. Por outras palavras, vemos casos de sofrimentos que parecem gratuitos ou sem sentido. Rowe (1979) exemplifica um caso de mal gratuito com o exemplo do sofrimento de um cervo morrendo em agonia como vítima de um incêndio florestal. Ele pede para que imaginemos “uma floresta distante [onde] um raio atinja uma árvore morta, resultando em um incêndio florestal. Um cervo é apanhado no incêndio, sofre queimaduras horríveis, agonizando terrivelmente por vários dias antes que a morte alivie o seu sofrimento.” (ROWE, 1979, p. 337). Deus poderia ter facilmente evitado que o cervo fosse queimado, ou, dada a queimadura, ter poupado o intenso sofrimento ao dar fim à sua vida mais rapidamente. Não vemos nada de bom que torne necessário sua permissão, nesse caso “parece não haver qualquer bem maior tal que o impedimento do sofrimento do cervo exigiria ou a perda desse bem ou a ocorrência de um mal igualmente mau ou pior” (ROWE, 1979, p. 337).

59

Obviamente, este passo das premissas para a conclusão de que há sofrimentos gratuitos não é dedutivamente válido. Como Rowe reconhece, é logicamente possível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa. O sofrimento pode parecer injustificável para nós, mas isso não prova que realmente o seja. Deus pode ter algum bom motivo para o permitir. Talvez esteja ligado a algum bem de uma forma que nós não podemos ver. No entanto, nossa incapacidade de provar que o mal é gratuito não significa que não tenhamos motivos razoáveis para acreditar que assim o seja. Quanto ao caso do cervo, parece irracional acreditar que há algum bem ligado ao seu sofrimento, de tal forma que Deus não poderia impedir sem evitar um bem maior ou permitir um mal igualmente mau ou pior. Portanto, é razoável concluir que existe pelo menos uma ocorrência de sofrimento intenso em que um ser onipotente e onisciente poderia ter evitado sem, desse modo, perder algum bem maior ou permitir algum mal igualmente mau ou pior.

Rowe (1979) afirma que o caso do cervo é apenas um caso paradigmático para inúmeros outros exemplos de mal que ocorrem em nosso mundo. Ele diz que “temos então de perguntar se é razoável acreditar [que há razões justificadoras para a permissão de Deus] a respeito de todos os casos de sofrimento humano e animal que ocorrem diariamente em nosso mundo e que aparentemente não têm propósito algum. E, seguramente, a resposta a essa questão mais geral tem de ser ‘não.’” (ROWE, 1979, p. 337). Embora no seu primeiro artigo ele só ofereça o sofrimento de um cervo como um exemplo de sofrimento sem sentido, posteriormente Rowe (1988) acrescentou exemplos de sofrimento humano



aparentemente sem sentido, como o caso de uma garotinha de cinco anos que foi brutalmente espancada, estuprada e estrangulada em Flint, Michigan, na véspera de Ano Novo, poucos anos antes de seu artigo de 1988. Ao examinar muitos outros exemplos de casos de sofrimento intenso desse tipo, somos incapazes de identificar uma razão justificadora de Deus. Temos também razões para supor que as ocorrências de sofrimento intenso que examinamos são representativos de exemplos muito mais numerosos de sofrimentos intensos desse tipo que não examinamos. De modo que, os casos de sofrimento intenso que parecem sem sentido, embora não demonstrem que a conclusão do Silogismo Subsidiário e a premissa (1) do Silogismo Principal sejam verdadeiras, certamente tornam racional acreditar que são verdadeiras. Dada a nossa experiência, a ideia de que nenhum sofrimento intenso humano e animal “poderia ter sido impedido por um ser onipotente sem que com isso fosse perdido um bem maior ou permitido um mal pelo menos igualmente tão mau parece uma ideia absurda, muito além da nossa crença.” (ROWE, 1979, p. 338).

60 Rowe (1979) argumenta que o fato de não encontrarmos razões justificadoras, isto é, bens maiores que seriam perdidos ou males igualmente maus ou piores que seriam permitidos se Deus impedisse aqueles casos de sofrimento, fornece fundamentos racionais para a aceitação da sua conclusão. Podemos pensar em termos de probabilidade, e parece que a nossa incapacidade de encontrar razões justificadoras aumenta em muito a probabilidade de que não existem tais razões. Portanto, provavelmente, existem casos de sofrimento intenso que um ser onipotente e onisciente poderia ter evitado sem com isso perder algum bem maior ou permitir algum mal igualmente mau ou pior.

Em virtude da enorme variedade e escala do sofrimento humano e animal no mundo e do fato de que esses sofrimentos parecem não estar ligados a quaisquer bens maiores ou à ausência de males iguais ou maiores, podemos concluir que, segundo Rowe, estamos racionalmente justificados em acreditar que existem casos de sofrimento intenso que um ser onipotente e onisciente poderia ter evitado sem com isso perder algum bem maior ou permitir algum mal igualmente mau ou pior. Assim, no Silogismo Principal, se a premissa (2) é verdadeira, e uma vez que existe suporte racional para a premissa (1), podemos concluir que é racional acreditar que não existe um ser onipotente, onisciente e sumamente bom. O argumento evidencial fornece, portanto, um suporte racional para o ateísmo.

Alguns críticos do argumento evidencial de Rowe argumentaram contra a segunda premissa, mas é a primeira premissa que tem recebido maior atenção nas discussões acerca do argumento. As críticas à primeira premissa se dividiram em dois grupos distintos. Os teodicistas argumentaram que podemos identificar os bens maiores que



justificam o sofrimento intenso no nosso universo. Ao passo que o outro grupo, conhecidos por teístas céticos, após fazerem uma análise do “parecer”, argumentam que não devemos esperar que nós, com mentes finitas, possamos discernir as razões pelas quais um ser onipotente, onisciente e sumamente bom com uma mente infinita permite uma grande quantidade de sofrimento intenso que ocorre em nosso mundo. De modo que agora irei passar a apresentar a resposta do grupo dos teístas céticos contra a primeira premissa de Rowe, tal como foi iniciado por Stephen Wykstra.

2 RESPOSTA TEÍSTA AO PROBLEMA EVIDENCIAL

2.1 Resposta do teísmo cético de Stephen Wykstra

61 As críticas mais proeminentes à primeira premissa do argumento evidencial, conforme desenvolvido por Rowe, começam com Stephen Wykstra. Ele deu o ponta pé inicial na resposta que contemporaneamente é conhecida por “teísmo cético”² no seu artigo de 1984 chamado “O obstáculo humiano aos argumentos indiciários do sofrimento: evitar os males da ‘aparência’”. Ele começa por discutir o que Rowe quer dizer por “parecer” quando afirma que há casos de sofrimento que *parecem* não possibilitar qualquer bem maior. Wykstra (1984) diz que não quer se deter no pântano filosófico que possui uma enorme literatura sobre o uso de “parecer”. Ao invés disso, ele simplesmente entende o uso de Rowe do “parecer” como sendo “para marcar o que ele entende ser a ‘relevância indiciária ou evidencial’ das situações específicas que ele apresenta.” (WYKSTRA, 1984, p. 80). Após isso, Wykstra propõe duas maneiras de disputar a questão. A primeira é admitir que o mal oferece de fato um indício contra a existência de Deus, passando depois a argumentar que existem outros indícios que superam ou anulam esse indício *prima facie*. E a segunda via é “argumentar que a situação acrescentada nem mesmo tem a relevância indiciária ou evidencial *prima facie* que lhe é atribuída pela afirmação envolvendo o ‘parecer’.” (WYKSTRA, 1984, p. 81). Ele segue sua argumentação na última via.

² Como observa Wykstra (2017), essa designação “teísmo cético” não é muito informativa e pode causar confusões. Ser “cético” na filosofia é adotar uma posição incomum de que certas coisas que aparentemente sabemos, na verdade não sabemos. Por exemplo, o cético acerca do mundo externo pensa que não sabemos que o mundo físico e concreto realmente exista. O “teísmo cético” não adota nenhuma posição incomum ou contraintuitiva. Pelo contrário, qualquer um que pense sobre o assunto reconhecerá que, se o Deus teísta existe, sua mente tem um alcance muito maior do que a mente humana.



Uma vez que não podemos ver qualquer bem justificador do sofrimento, Rowe diz, o sofrimento certamente "parece não" servir a nenhum bem. Wykstra identifica que há um apelo implícito de Rowe ao que Richard Swinburne (1979) chama de "Princípio de Credulidade": Se parece a S que p , então S é *prima facie* racional em acreditar que p . Swinburne (1979, p. 254) quer que observemos que esse princípio é "de tal modo formulado que como as coisas parecem positivamente ser é um indício de como elas são, mas como as coisas parecem não ser não oferece esse tipo de indício.". O ponto é que o parecer positivo permite mover do "parece" para "provavelmente", mas o parecer negativo não permite esse movimento. No parecer negativo, adicionalmente, deve haver boas razões. Como Swinburne ilustra:

Se me parece que há agora uma mesa na sala, ou uma estátua no jardim, então provavelmente há. Mas se me parece que não há uma mesa na sala, então isso é apenas uma razão para supor que não há uma mesa na sala somente se houver boas razões para supor que olhei em todos os lugares da sala, e "... " teria visto uma mesa se aí houvesse uma. (SWINBURNE, 1979, p. 254)

62 De modo que somente preenchendo a condição de haver boas razões, eu estaria autorizado a fazer o movimento de "parece não" para "provavelmente". Wykstra (1984, p. 83) aponta que tal formulação do parecer negativo é problemática, pois "depende de escolhas muito arbitrárias de formulação" das proposições. Pense no exemplo da sala em que não há uma mesa. E se dissermos que parece que a sala está vazia? Seria um caso de algo parecer positivamente ser o caso. Podemos concluir que a distinção entre o parecer negativo e o positivo depende muito da formulação, de modo que não será importante para a discussão.

Porém, mesmo que a distinção entre parecer positivo e negativo de Swinburne seja falsa, podemos aproveitar parte da sua intuição acerca do parecer negativo, como faremos a seguir.

Embora existam casos em que as aparências apoiam a crença racional, isso nem sempre é assim. Wykstra (1984) nos faz pensar na seguinte situação:

Procurando por uma mesa, você olha por uma porta. A sala é muito grande – digamos, do tamanho do hangar de um Boeing – e está cheia de tratores, elefantes empalhados, carros, e outros objetos que obstruem a sua visão. Vendo da porta essa bagunça, e não vendo nenhuma mesa, você dirá: "Parece não haver uma mesa na sala"? (WYKSTRA, 1984, p. 86)

Nesse caso, a condição de Swinburne do parecer negativo não é satisfeita, nomeadamente, que você tem boas razões para acreditar que teria visto uma mesa se lá houvesse uma, pois ainda que houvesse uma mesa na sala é pouco provável que



você a visse dada a sua condição epistêmica. Todavia, como observa Wykstra (1984, p. 84), a condição de Swinburne não é relevante para estabelecer um pré-requisito para nos mover de “Parece que não há uma mesa aqui” para “Provavelmente não há uma mesa aqui.”. Na verdade, a condição de Swinburne é relevante para se estar justificado em fazer a própria afirmação inicial de que “Parece não haver uma mesa aqui”. Assim, nos aproximamos de uma condição geral para alguém estar autorizado a afirmar “parecer que p ”, uma vez que “o que está em questão é se é razoável pensar que se tem ‘acesso epistêmico’ à verdade de p por meio de alguma situação cognitiva s ” (WYKSTRA, 1984, p. 85). E é acerca desta condição geral para se estar justificado em fazer a afirmação “parece que p ” que me concentrarei na próxima seção.

2.2 A condição de acesso epistêmico razoável de Wykstra

A partir de exemplos análogos aos de cima, Wykstra pensa ser possível sustentar um grau inicial de plausibilidade no princípio que ele inaugura. Wykstra (1984) funda um princípio que ele chama de Condição de Acesso Epistêmico Razoável, que rotularei de CORNEA. Ele expressa da seguinte maneira:

63

Com base na situação cognitiva s , um humano H está autorizado a afirmar “Parece que p ” somente se for razoável para H acreditar que, dadas as suas faculdades cognitivas e o uso que faz delas, se p não fosse o caso, s seria provavelmente diferente do que é em alguma medida discernível para H . (WYKSTRA, 1984, p. 84, grifo meu)

Esse princípio serve como uma condição necessária, mas não suficiente, que autoriza alguém a alegar que, com base em uma situação da qual se tem conhecimento, p é o caso. O ponto aqui é saber se há acesso epistêmico a p através de algumas situações s .

Com o objetivo de explorar mais razões para CORNEA, Wykstra pede para considerarmos o relato de Swinburne do uso epistêmico de “parecer” a fim de oferecer um raciocínio epistemológico geral a favor de CORNEA. No sentido epistêmico, segundo Swinburne (1979, p. 246), dizer “parece que p ” é “descrever o que o sujeito está inclinado a acreditar com base na sua experiência sensorial corrente”. De modo que, diz Swinburne,

se digo “o barco parece se mover”, estou dizendo (i) que estou inclinado a acreditar que o barco se move, e (ii) que é a minha experiência sensorial corrente que me leva a ter essa inclinação a acreditar. (SWINBURNE, 1979, p. 246)



CORNEA requer duas modificações na análise de Swinburne. A primeira é adicionar uma terceira cláusula para que CORNEA seja verdadeira. A terceira cláusula é:

(iii) que aceito haver aí uma conexão indiciária ou evidencial entre o que estou inclinado a acreditar e a situação cognitiva que me inclina a assim acreditar. (SWINBURNE, 1979, p. 85)

Para ilustrar a diferença que a terceira cláusula faz, Wyksra oferece o seguinte exemplo:

[...] imagine um homem, Mort, que, acerca de qualquer mulher que não sorria constantemente ao conversar com ele, fica inclinado a acreditar “Esta mulher me odeia”. Suponha ademais que Mort tenha se conscientizado por meio da psicanálise de que essa disposição para formar crenças não é fiável, sendo o produto de certos traumas psicológicos em sua infância. Agora, falando com uma mulher normal (i.e., uma que não sorria constantemente), Mort sente a inclinação para acreditar que a mulher o odeia; mas ele também lucidamente sabe que essa inclinação é patológica, e não é devida ao comportamento da mulher, comportamento que de nenhum modo seria indício do seu ódio por ele. (WYKSTRA, 1984, pp. 85-86)

64

Na explicação de Swinburne, Mort teria o direito de alegar “Esta mulher parece me odiar”, uma vez que as condições (i) e (ii) foram satisfeitas: Mort (i) está inclinado a acreditar que a mulher o odeia e (ii) a sua experiência sensorial corrente leva-o a ter essa inclinação a acreditar. Em contrapartida, na explicação de Wykstra, Mort não tem a autorização de afirmar isto, pois Mort não assume uma conexão indiciária ou evidencial entre o comportamento da mulher e o que ele está inclinado a acreditar.

A segunda modificação é melhor entendida como uma explicação do “parecer”. Swinburne está preocupado com o que Wyksra (1984, p. 86) chama de “‘parecer epistêmico sensível’, isto é, as inclinações de crença geradas por ‘experiências sensoriais’.” Mas existe outro sentido do uso de parecer, que ele denomina de “cognitivo-epistêmico”, que ocorre quando recorremos não à mera experiência sensorial, mas a uma situação epistêmica que ocorre no mundo empírico e que gera a partir de várias outras considerações uma forte inclinação para acreditar em uma proposição sobre algo. Isso é observado frequentemente quando temos inclinações para crenças que surgem de uma ampla gama de considerações que são trazidas para as nossas situações epistêmicas. O uso de parecer cognitivo-epistêmico não se aplica a casos puramente intelectuais, já que o uso cognitivo-epistêmico dado o CORNEA exige algum tipo de experiência sensorial. Para ilustrar, Wykstra usa o seguinte exemplo:



[...] um mestre de xadrez encontra-se fortemente inclinado a acreditar que as brancas ganharão após um novo avanço de peão no décimo sétimo movimento de uma linha do Dragão complexa na Defesa Siciliana: e o que dispara a sua inclinação para acreditar é a sua “visualização” (em sua imaginação) da situação após esse movimento. [...] Se o mestre diz “Parece que o avanço deste peão dá a vitória às brancas”, ele usa “parecer” no que poderíamos chamar de sentido “cognitivo-epistêmico”. (WYKSTRA, 1984, p. 86)

E é deste sentido cognitivo-epistêmico que Rowe parece fazer uso. Uma vez que ele não está apelando para a mera experiência sensorial, mas para uma situação cognoscível que produz uma forte inclinação para acreditar numa proposição sobre o sofrimento no mundo empírico. Ao observar o sofrimento do cervo, ele vê que o sofrimento está sendo instanciado no cervo e isso gera a partir de várias outras considerações “uma forte inclinação para acreditar em uma proposição sobre o sofrimento” (WYKSTRA, 1984, p. 86), nomeadamente, que não há bens maiores que seriam perdidos ou males igualmente maus ou piores que seriam permitidos se Deus fosse impedir esse caso de sofrimento. O ponto que Wykstra (1984) faz é que as afirmações sobre o parecer no sentido cognitivo-epistêmico estão sujeitas a CORNEA assim como as no sentido sensível-epistêmico. De modo que:

65

Dada a situação cognitiva no tabuleiro de xadrez, o nosso mestre de xadrez está autorizado a dizer “Parece que as brancas têm uma posição vencedora” somente se for razoável para ele acreditar que, dadas as suas faculdades cognitivas e o uso que faz delas, se as brancas não tivessem condições de vencer, a situação cognitiva seria diferente em algumas características discerníveis daquela que é. (WYKSTRA, 1984, p. 87)

As razões a favor do CORNEA procedem da terceira condição para dizer “parece que p ”. Wykstra afirma que “Se digo ‘parece que p ’, estou dizendo (entre outras coisas) que aceito haver uma conexão indiciária ou evidencial entre o que estou inclinado a acreditar (nomeadamente, que p) e a situação cognitiva que me inclina a acreditar assim.”. Ele continua:

Suponha agora que não seja razoável eu acreditar que se p não fosse o caso, s seria diferente de alguma forma discernível daquilo que é. Ou seja (sumariamente): suponha que não seja razoável eu acreditar que a “condição de acesso epistêmico” é satisfeita. Nesse caso, dificilmente pode ser razoável eu acreditar que uma conexão indiciária ou evidencial exista entre o que estou inclinado a acreditar e a situação cognitiva que me inclina a acreditar. Portanto, se não for razoável eu acreditar que a condição de acesso epistêmico é satisfeita, então não estou autorizado a dizer “parece que p ”. Logo, para estar autorizado (pelo conhecimento de s) a dizer “parece que p ”, deve ser razoável eu acreditar que se não fosse o caso que p , então s seria provavelmente diferente de forma discernível daquilo que é. (WYKSTRA, 1984, p. 87, grifo meu)



Daniel Howard-Snyder (1992) nota que essa passagem revela dois princípios epistêmicos sobre os quais CORNEA se baseia. O primeiro princípio, comumente chamado de Condição de Tomada, conforme dito na terceira cláusula adicionada ao princípio de Swinburne, diz que para que alguém tenha o direito de alegar “parece que p ” em determinada situação s , é necessário haver uma conexão indiciária ou evidencial entre a proposição p e a situação s . O segundo princípio, denominado Princípio da Diferença Discernível, estabelece uma condição para que haja uma conexão indiciária ou evidencial entre p e s : É razoável um agente humano assumir que existe uma conexão indiciária ou evidencial entre p e s apenas se for razoável para o agente humano acreditar que, dadas as suas faculdades cognitivas e o uso que faz delas, se p fosse falso, s seria provavelmente diferente para o agente humano de alguma maneira.

Vale a pena notar que não é necessário que um agente cognitivo tenha que articular alguma razão para demonstrar a conexão indiciária ou evidencial entre p e s . Pode ser que haja uma conexão indiciária ou evidencial entre p e s , sem que o agente cognitivo seja capaz de fornecer tais razões. E se mostrarem ao agente cognitivo que ele não tem boas razões para pensar que a condição de acesso epistêmico é satisfeita, e ele toma consciência disso, então não será razoável ele manter sua crença de que ela é satisfeita. A partir disso, Wykstra aplica CORNEA ao argumento de Rowe fornecendo boas razões para pensar que a condição de acesso epistêmico não é satisfeita nos casos em que seu argumento faz uso do “parecer”.

No Silogismo Subsidiário, uma vez que não podemos ver nenhum bem justificador para determinado sofrimento intenso, parece não haver qualquer bem justificador. E pelo Princípio da Credulidade, se algo parece de certo modo, e não há uma evidência contrária, é razoável acreditarmos assim. CORNEA destina-se a criticar a passagem de (1) para (2) do Silogismo Subsidiário para bloquear o movimento até a conclusão em (3) pelo Princípio de Credulidade. Em outras palavras, destina-se a criticar o movimento de “não ver nenhum bem justificador” para “parece que não há qualquer bem justificador”. E a partir de agora irei expor a aplicação de Wykstra do CORNEA aos casos em que o argumento de Rowe faz uso do “parecer”.

2.3 Cornea aplicado ao “parecer” de Rowe

No Silogismo Subsidiário, Wykstra pensa que a inferência de (2) a (3) é uma aplicação do Princípio de Credulidade. De modo que, através do CORNEA, ele visa a bloquear a inferência de (1) a (2). Em outro artigo comentando sobre o CORNEA, Wykstra (1996) resume sua aplicação para Rowe em três estágios. O primeiro estágio afirma que a inferência de (1) a (2) do Silogismo Subsidiário só é permissível se for razoável



acreditar que, se houvesse um bem maior, provavelmente o discerniríamos. Portanto, segundo CORNEA, Rowe só está justificado em acreditar em (3) se tiver razões para pensar que, se (3) fosse falso, (1) seria provavelmente diferente do que é em alguma medida discernível por nós. Por outras palavras, Rowe só pode manter que não há qualquer bem justificador de Deus se tiver razões para pensar que se houvesse qualquer bem justificador de Deus, ele provavelmente seria “visível” para nós.

CORNEA assegura que numa situação epistêmica em que não vemos p , podemos afirmar que “Parece não haver p ”, somente se, caso houvesse p , nossa situação epistêmica provavelmente seria diferente de não ver p . Nesse sentido, o primeiro estágio da aplicação do CORNEA diz que em uma situação epistêmica onde não vemos p , apenas estamos justificados em afirmar que “Parece não haver p ” se for razoável acreditar que p é algo que podemos provavelmente esperar ver nessa situação. Desse modo, só podemos afirmar que “parece que não há qualquer propósito justificador de Deus para permitir determinado sofrimento” se for razoável acreditar que, dadas as nossas faculdades cognitivas e o uso que fazemos delas, se determinado sofrimento serviu para algum bem, provavelmente teríamos acesso epistêmico a esse bem.

67

Portanto, a questão que CORNEA nos coloca ao pensar no sofrimento do cervo que aparentemente é um mal gratuito é, segundo Wykstra (1984, p. 88): “se houvesse um bem maior do tipo em questão, conectado de maneira adequada aos casos de sofrimento como esse, quão provavelmente isso pareceria ser assim para nós?” De modo que Rowe só está autorizado a afirmar que “parece que não há qualquer propósito justificador de Deus para permitir o sofrimento do cervo” se for razoável para Rowe acreditar que, dada as suas faculdades cognitivas e o uso que faz deles, se o sofrimento do cervo serviu para algum bem, ele provavelmente veria, isto é, teria acesso epistêmico a esse bem.

Neste primeiro estágio, Wykstra coloca o ônus da razoabilidade em Rowe. Porque Rowe é quem propõe a inferência de (1) para (2), ele deve assumir a responsabilidade de justificá-la. No entanto, nos estágios seguintes, Wykstra se preocupa em fornecer um argumento positivo a favor da tese de que não é razoável mantermos a crença de que os bens justificadores de Deus seriam visíveis para nós.

No segundo estágio, faz-se a observação de que, se notificarem ao agente cognitivo que ele não tem boas razões para pensar que CORNEA é satisfeita, e ele toma consciência disso, então não é razoável manter a sua crença de que CORNEA é satisfeita. Por outras palavras, se um agente cognitivo for notificado de que um bem justificador de Deus para determinado sofrimento provavelmente não seria discernível ou acessível, e ele



tomar consciência disso, então não é razoável manter a crença de que seria visível. De modo que, mesmo que um agente cognitivo assuma a crença de que um bem justificador de Deus para determinado sofrimento provavelmente seria, se forem apresentados anuladores a sua justificação da crença é derrotada. Logo, se dermos boas razões para pensar que um bem justificador de Deus para o sofrimento do cervo provavelmente não seria visível, então não é razoável manter a crença de que um bem justificador de Deus para o sofrimento do cervo provavelmente seria visível, a menos que anule essas razões com outras considerações.

Será que temos motivos para pensar que, se Deus existisse, as coisas nos atingiriam praticamente da mesma maneira no que diz respeito ao sofrimento do cervo? No terceiro estágio, Wykstra argumenta que sim. Segundo Wykstra, não temos nenhuma razão para pensar que, se existisse Deus, as coisas nos atingiriam de maneira diferente. Pois se Deus existisse, é provável que o bem justificador de Deus para a permissão do sofrimento do cervo seria um bem além do alcance do nosso conhecimento.

No terceiro estágio, Wykstra apresenta uma razão para pensar que um bem justificador de Deus para o sofrimento do cervo provavelmente não seria visível. E a razão é que se o deus teísta existe, há uma grande disparidade entre o conhecimento de Deus e a nosso. Ele apela para a “analogia dos pais”, isto é, a visão de que o conhecimento de Deus, comparado à nossa, é análoga à de um pai para um bebê humano de um mês de idade. Do mesmo modo que um bebê de um mês de idade não tem capacidade para discernir as razões de seus pais pelas dores que eles permitem que ele sofra – por exemplo, ao ministrarem uma vacina – não há uma boa razão para pensar que teríamos acesso epistêmico às várias razões da mente onisciente do Criador para permitir males específicos. Podemos colocar o seu argumento da seguinte maneira, como foi formulado por Nick Trakakis (2006). Chamarei esse argumento de Silogismo da Analogia dos Pais:

- (1) A lacuna entre o intelecto de Deus e o nosso é comparável à lacuna entre as habilidades cognitivas de um pai e seu bebê de um mês de idade.
- (2) Portanto, assim como é improvável que uma criança de um mês de idade possa discernir a maioria dos propósitos de seus pais para as dores que eles permitem que ela sofra, digamos, nas mãos de um pediatra, também é improvável que nós discerniríamos a maioria das razões de Deus para permitir o mal horrendo.
- (3) Portanto, é provável que os bens em relação aos quais Deus permite muitos males estão além do nosso conhecimento.
- (4) Portanto, é provável que em muitos dos males no nosso mundo [não vejamos uma razão de Deus]. (TRAKAKIS, 2006, pp. 118-119)



Nas palavras de Wykstra (1984, p. 89), “alguém está autorizado por CORNEA a afirmar “este sofrimento parece não possibilitar qualquer bem maior divinamente visado” somente se for razoável acreditar que, se tal bem divinamente visado existir, ele seria dado ao nosso conhecimento.”. Dadas as nossas limitações cognitivas, não é razoável acreditarmos que, se houvesse os bens compensadores em males específicos, provavelmente estaríamos cientes dele.

O seu argumento é que, dado o Silogismo da Analogia dos Pais, não estamos em posição epistêmica de estabelecer quão improvável é a afirmação de que existem bens além do nosso conhecimento garantindo a permissão de Deus para muitos dos males que encontramos nesse mundo. Nossa incapacidade de identificar possíveis razões não constitui uma evidência de que não existam essas razões. Pode perfeitamente haver razões para as ações ou intenções de Deus que transcendem nosso entendimento finito e limitado.

Se Deus existe, o abismo entre as nossas capacidades cognitivas limitadas e finitas e a sabedoria infinita de Deus nos impede de compreender as razões de Deus para permitir o que achamos ser males gratuitos e que fazem parte do seu sábio plano do universo. Portanto, defende Wykstra, se Deus tinha alguma razão justificável para permitir o sofrimento do cervo, não é razoável pensar que os seres humanos saberiam qual poderia ser essa razão. Essa é uma das principais reivindicações da resposta do teísmo cético: a desproporcionalidade entre a mente de Deus e a mente de qualquer ser humano, análoga à de um pai e seu bebê de um mês de idade.

Portanto, assumindo que CORNEA esteja correto, Rowe não teria o direito de reivindicar que determinados sofrimentos são gratuitos. Já que mesmo que houvessem bens maiores possibilitados por certos casos de sofrimento, tais bens provavelmente estariam além do alcance do nosso conhecimento, e, assim, nossa situação epistêmica seria exatamente como a premissa (1) do Silogismo Subsidiário afirma, isto é, continuaríamos não vendo bens maiores que justificariam a permissão de Deus para determinados sofrimentos.

Isso ecoa princípios que os monoteístas por muito tempo asseguram acerca da inescrutabilidade e insondabilidade de muitos, não todos, pensamentos de Deus, conforme ensina o profeta Isaías³ e o apóstolo Paulo⁴. Se o deus teísta existe, a distância epistêmica entre Deus e as pessoas humanas é incomparavelmente diferente. Além de esses princípios remontarem a diversos textos bíblicos, remetem-se também, em especial, ao livro de Jó. Neste

³ “Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos, os meus caminhos, diz o SENHOR, porque, assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os meus pensamentos, mais altos do que os vossos pensamentos.” (Isaías 55:8-9 Almeida Revista e Atualizada)

⁴ “Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro?” (Romanos 11:33-34 Almeida Revista e Atualizada)



livro bíblico, o sofrimento se revela em seu modo mais cruel e infame: um homem justo sofre com perdas e dores inigualáveis. A história se desenvolve a partir da questão do sofrimento do justo. Em resumo, Jó questionou a Deus a razão do seu sofrimento, mas nunca obteve uma resposta direta. A resposta incisiva de Deus foi colocar Jó em seu devido lugar com perguntas que faziam Jó reconhecer a sua ignorância em contraste com a sabedoria infinita de Deus. Deus fez uma série de perguntas a Jó cujas respostas somente o Criador teria possibilidade de fornecer⁵. O resultado é Jó reconhecendo sua ignorância ao colocar a mão na boca⁶.

Portanto, pelo CORNEA, a inferência de Rowe falha, uma vez que a razão que justificaria Deus pelo sofrimento do cervo provavelmente não seria visível. Pense novamente no que chamei de Silogismo Subsidiário de Rowe:

- 1) Vemos casos de sofrimento intenso que um ser onipotente e onisciente poderia ter impedido sem que com isso fosse perdido algum bem maior ou permitido algum mal igualmente mau ou pior.
- 2) Parece que há casos de sofrimento intenso que um ser onipotente e onisciente poderia ter impedido sem que com isso fosse perdido algum bem maior ou permitido algum mal igualmente mau ou pior.
- 3) (Portanto) Há casos de sofrimento intenso que um ser onipotente e onisciente poderia ter impedido sem que com isso fosse perdido algum bem maior ou permitido algum mal igualmente mau ou pior.

70

Ao aplicar CORNEA ao Silogismo Subsidiário de Rowe, baseado nos três estágios expostos anteriormente, Wykstra concisamente explica:

O primeiro estágio diz que a inferência de (1) para (3) só funciona se for razoável Rowe acreditar que, se a premissa (3) fosse falsa, sua situação epistêmica provavelmente seria diferente de como é em (1). O segundo estágio diz que não será razoável Rowe acreditar na proposição anterior [premissa (3)] se Rowe tiver motivos para pensar que, se (3) fosse falso, então seria de se esperar (1) de qualquer maneira. E o terceiro estágio diz que Rowe tem motivos para pensar que, se (3) fosse falso, (1) seria de se esperar de qualquer maneira. (WYKSTRA, 1996, p. 130)

⁵ “Depois disto, o SENHOR, do meio de um redemoinho, respondeu a Jó: Quem é este que escurece os meus desígnios com palavras sem conhecimento? Cinge, pois, os lombos como homem, pois eu te perguntarei, e tu me farás saber. Onde estavas tu, quando eu lançava os fundamentos da terra? Dize-me, se tens entendimento.” (Jó 38:1-4 Almeida Revista e Atualizada)

⁶ “Sou indigno; que te responderia eu? Ponho a mão na minha boca.” (Jó 40:4 Almeida Revista e Atualizada) “Então, respondeu Jó ao SENHOR: Bem sei que tudo podes, e nenhum dos teus planos pode ser frustrado. Quem é aquele, como disseste, que sem conhecimento encobre o conselho? Na verdade, falei do que não entendia; coisas maravilhosas demais para mim, coisas que eu não conhecia.” (Jó 42:1-3 Almeida Revista e Atualizada)



Em resumo, a ideia fundamental é que se determinado sofrimento aparentemente gratuito levasse a um bem maior nós não conseguiríamos discernir uma diferença na situação tal como a vemos agora. Portanto, segundo o CORNEA, não estamos autorizados a dizer “parece-me que determinado sofrimento é gratuito” visto que da nossa situação epistêmica, mesmo que o sofrimento não fosse gratuito, temos uma razão para pensar que nós não conseguiríamos ver a diferença entre uma situação e outra.

Dado o CORNEA de Wykstra, sua crítica lança dúvidas sobre a primeira premissa do Silogismo Principal e o Silogismo Subsidiário de Rowe porque é plausível pensar que não satisfazemos certas condições para ver as razões de Deus para permitir que esses males aparentemente gratuitos existam, mesmo que os procuremos cuidadosamente. Nas palavras de Wykstra:

A cavilha da minha crítica é que se o teísmo for verdadeiro, isso é exatamente o que alguém esperaria: pois se consideramos cuidadosamente o tipo de ser que o teísmo propõe para a nossa crença, é inteiramente esperável – dado o que sabemos dos nossos limites cognitivos – que os bens em virtude dos quais esse Ser permite os sofrimentos que conhecemos deveriam muito frequentemente não ser dados a conhecer. Visto que esse estado de coisas é exatamente o que esperaríamos se o teísmo fosse verdadeiro, como a sua ocorrência pode ser um indício contra o teísmo? (WYKSTRA, 1984, p. 91)

71

A defesa de Wykstra, portanto, se baseia em dois princípios. O primeiro é fundamentalmente epistemológico, o CORNEA. E o segundo é fundamentalmente teológico: se o Deus teísta existe, ele comumente atua com vistas a bens que estão além do nosso alcance. Dado que a primeira premissa do Silogismo Principal de Rowe carece de bases racionais, não podemos concluir que não existe um ser onipotente, onisciente e sumamente bom. Se quisermos chegar em alguma conclusão semelhante, isso deve ser feito por outra via que não a evidência do mal horrendo e aparentemente gratuito.

3 CONCLUSÃO

Apresentei o problema do mal na sua versão evidencial, tal como foi proposta por Rowe. Dei as razões a favor das suas primeira e segunda premissas para concluir que a crença em Deus é irracional. Logo após, optei por oferecer a resposta do teísmo cético de Wykstra contra o argumento de Rowe, concentrando-se especificamente na primeira premissa que envolve a afirmação de que há males gratuitos no mundo. Uma vez que a defesa da primeira premissa depende de questões relacionadas ao uso do “parecer” no sentido



cognitivo-epistêmico, ofereci as razões para a Condição de Acesso Epistêmico Razoável (CORNEA) que justifica alguém em fazer uso do “parece que p ” no sentido cognitivo-epistêmico. Vi a aplicação de Wykstra do CORNEA ao raciocínio de Rowe, e constatei que o argumento de Rowe não satisfaz as condições necessárias para que ele esteja autorizado ao uso que faz do “parecer”. Por fim, concluí que os males horrendos e aparentemente gratuitos não constituem uma evidência contra a existência de Deus.



REFERÊNCIAS

- HOWARD-SNYDER, D. "Seeing through CORNEA". In: *International Journal for Philosophy of Religion* 32 (1992): 25–49.
- ROWE, W. L. "The Problem of Evil and Some Varieties of Atheism." In: *American Philosophical Quarterly* 16 (1979): 335–41.
- ROWE. "Evil and Theodicy". In: *Philosophical Topics* 16 (1988): 119–32.
- SWINBURNE, R. *The Existence of God*, revised edition. Oxford: Clarendon Press, 1979.
- TRAKAKIS, N. *The God Beyond Belief: In Defence of William Rowe's Evidential Argument From Evil*. Melbourne: Springer, 2006.
- WYKSTRA, S. J. "The Humean Obstacle to Evidential Arguments from Suffering: On Avoiding the Evils of 'Appearance'". In: *International Journal for Philosophy of Religion* 16 (1984): 73–93.
- WYKSTRA. "Rowe's Noseeum Arguments from Evil," In: HOWARD-SNYDER, D. (ed.), *The Evidential Argument from Evil*, 1996, ch.7, pp. 126–50.
- WYKSTRA. "A Skeptical Theist View" In: MEISTER, C.; K. D., James (ed.), *God and the Problem of Evil: Five Views*. Downers Grove: InterVarsity Press, 2017, pp. 96-123.

